Processo no

: 10909.000285/93-27

Recurso no Matéria

: 09.162 - EX OFFICIO

: CSL - EX: 1992.

Recorrente

: DRJ EM FLORIANÓPOLIS/SC

Interessada

: SERPA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PESCADO LTDA.

Sessão de

: 14 de novembro de 1997

Acórdão nº

: 103-19.064

CSL - DECORRÊNCIA - Tratando-se da mesma matéria fática, o decidido no lançamento do IRPJ constitui coisa julgada em relação à autuação reflexiva, na medida em que não há fatos ou argumentos novos a ensejar

conclusão diversa.

Recurso improvido.

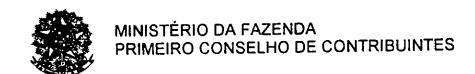
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM FLORIANÓPOLIS/SC.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso ex officio, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

> CANDIDO RODRIGUES NEUBER PRESIDENTE E RELATOR

FORMALIZADO EM: 08 DEZ 1007

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: VILSON BIADOLA, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, EDSON VIANNA DE BRITO, SANDRA MARIA DÍAS NUNES, NEICYR DE ALMEIDA E VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE. Ausunte, a Conselheira RAQUEL ELITA ALVES PRETO VILLA REAL.



Processo nº. : 10909.000285/93-27

Acórdão nº. : 103-19.064

Recurso nº : 09.162

Recorrente : DRJ EM FLORIANÓPOLIS/SC

RELATÓRIO

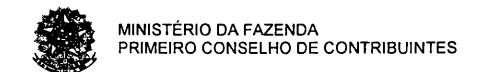
O Senhor Delegado da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis/SC recorre a este Conselho de sua decisão de primeira instância, que exonerou o contribuinte de crédito tributário em montante superior àquele fixado pelo artigo 34, inciso I, do Decreto nº. 70.235/72, com as alterações da Lei nº. 8.748/93.

Trata o presente processo de exigência relativa à Contribuição Social sobre o Lucro, decorrente daquela formalizada para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, através do processo nº. 10909.000284/93-64.

O processo principal foi objeto de recurso ex officio para este Conselho, o qual recebeu o nº. 112.538, que julgado na sessão de 11.11.97 teve provimento negado, conforme Acórdão nº. 103-19.009

É o relatório.

MGFS



Processo nº.

: 10909.000285/93-27

Acórdão nº.

: 103-19.064

VOTO

Conselheiro CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER - Relator

O recurso obedece ao requisito disposto no artigo 34, inciso I, do Decreto nº 70.235/72. Dele tomo conhecimento.

Conforme descrito nos autos, trata-se de exigência para a Contribuição Social sobre o Lucro - CSL, decorrente de fiscalização do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.

No processo principal, correspondente ao IRPJ, que tomou o nº 10909.000284/93-64, a decisão monocrática foi objeto de recurso *ex officio* para este Conselho, onde recebeu o nº 112.538 e julgado nesta mesma Câmara, não logrou provimento, conforme Acórdão nº 103-19.009, de 11.11.97.

Em consequência igual sorte colhe o recurso ex officio apresentado neste feito decorrente, na medida em que não há fatos ou argumentos novos que possam ensejar conclusão diversa.

Pelas razões expostas, oriento o meu voto no sentido de negar provimento ao recurso ex officio.

Brasilia - DF, em .14 de novembro de 1997

ANDIDO RODRIGUES NEUBER

MGFS